

Pressão de big techs durante 14 dias travou trâmite de PL das Fake News

— Google, Meta e outras empresas atuaram intensamente contra projeto; ao menos 33 deputados mudaram de posicionamento entre aprovação de urgência e retirada de pauta

DANIEL WETERMAN
JULIA AFFONSO
BRASILIA

O Google e a Meta — controladora do Facebook e do Instagram — lideraram uma operação de pressão e lobby para derrubar o Projeto de Lei 2630, o PL das Fake News, da pauta do Congresso brasileiro. Ao longo de 14 dias, as empresas e outras big techs atuaram fortemente para deputados se posicionarem contra a proposta.

Um monitoramento do **Estadão** revelou que com pelo menos 33 deputados mudando de posicionamento entre a aprovação do requerimento de urgência, dia 19 de abril, e a retirada de pauta, em 2 de maio. Um site, hospedado nos Estados Unidos, foi aberto para mostrar o voto de cada um. Os internautas foram instigados a mandar mensagens para aqueles que se diziam a favor ou ainda não tinham se colocado claramente contra.

Monitoramento Nos últimos dois meses, o 'Estadão' mapeou atuação das big techs para interferir na discussão

A atuação do Google foi parar na Polícia Federal. O representante da empresa, Marcelo Oliveira Lacerda, admitiu na investigação que a empresa gastou R\$2 milhões na campanha contra o projeto. No depoimento, Lacerda afirmou que, no início, a empresa queria apenas expor o que estava em discussão. Na ofensiva contra o PL 2630, o Google incluiu abaixo da barra de pesquisa do buscador mais usado no mundo um link para um texto da

plataforma com o título "O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil".

TRAMITAÇÃO. A nova lei pretende regulamentar as plataformas digitais pela primeira vez no Brasil e foi encabeçada pelo presidente da Câmara Arthur (PP-AL). Os deputados aprovaram um requerimento de urgência do projeto de lei no dia 25 de abril, acelerando a tramitação, com apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lira pautou o texto no dia 2 de maio, mas retirou a proposta da pauta, com o argumento de que o governo não tinha votos para aprovar o texto. Assim, o assunto tratado inicialmente como urgente ficou sem previsão de análise.

Nos últimos dois meses o **Estadão** mapeou a atuação das big techs para interferir na discussão do Congresso brasileiro a ponto de tirar o assunto da pauta. A mobilização começou em 19 de abril, quando o projeto passou a ser chamado de "PL da Censura". As empresas estrangeiras montaram uma operação online e offline.

Nos gabinetes, lobistas atuaram para convencer deputados a recuar. Nas redes, as plataformas fizeram campanhas abertas contra o projeto e deram voz a internautas para pressionar deputados que se posicionaram a favor ou estavam indecisos.

Um dos alvos foi o deputado José Neto (PP-GO), que admite a mudança de posição após a pressão das redes, impulsionada pelas big techs. "Eu era favorável a discutir o PL e, com o bombardeio que eu recebi, eu mudei de posição", disse o parlamentar ao **Estadão**. Nas redes desses parlamentares, dezenas de comentários cobraram mudan-

Principais pontos

Lei para quem tem mais de 10 milhões de usuários



O que é
O Projeto de Lei 2630/2020, também conhecido como PL das Fake News, pretende instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A proposta estabelece regras de transparência para redes sociais, como Facebook, Instagram, Tik Tok e Twitter; assim como ferramentas de busca, como o Google, e serviços de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram; e indexadores de conteúdo.

Alcance
A lei vai alcançar plataformas que tenham mais de 10 milhões de usuários em 12 meses, incluindo empresas com sede no exterior. A legislação não será aplicada a empresas cujas atividades sejam: comércio eletrônico, realização de

reuniões fechadas por vídeo ou voz, enciclopédias online sem fins lucrativos, repositórios científicos e educativos e plataformas de desenvolvimento e compartilhamento de software de código aberto.

Responsabilidade
As plataformas deverão "atuar preventivamente" em relação a "conteúdos potencialmente ilegais". Deverão apresentar relatórios semestrais de transparência e disponibilizá-los na internet, em português, informando procedimentos de moderação de conteúdo.

Transparência
As empresas que fizerem impulsionamento de propaganda eleitoral ou de conteúdos políticos precisarão mostrar todo o conjunto, com valor e tempo de veiculação.



Perfis públicos
O projeto prevê que perfis "de interesse público", como o do presidente da República, não poderão bloquear usuários.

celo Lacerda, esteve cinco vezes na Casa nesse período. Uma delas foi no dia 25 de abril, durante a votação da urgência do projeto, quando chegou às 18h. Após o adiamento da análise do mérito pelo plenário, Lacerda foi outras três vezes à Câmara.

VISITAS. O dirigente informou ter ido a comissões da Câmara, aos gabinetes dos deputados Vicentinho Júnior (PP-TO) e Fábio Reis (PSD-SE) e à liderança do União Brasil. O destino é fornecido por cada visitante que chega à Câmara. O sistema interno da Casa não registra as saídas. Não é possível, portanto, saber de fato em quais locais cada visitante esteve e se foi ao destino informado na entrada. Após o acesso, o lobista costuma circular por diferentes gabinetes, comissões e até o plenário.

Os diretores da Meta Kalliana Puppi Kalache e Murillo Delgado Laranjeira também estiveram na Câmara no ápice das discussões sobre o PL 2630. Kalache informou que iria ao plenário 11 no dia 27 de abril, quando acessou a Câmara. No local, porém, não havia nenhuma reunião ou audiência pública naquele dia, de acordo com a agenda da Casa. Laranjeira, por sua vez, fez oito visitas entre março e maio.

As plataformas também miraram em integrantes da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), que reúne maioria de deputados de direita e de oposição ao governo Lula. O vice-presidente do grupo, Joaquim Passarinho (PL-PA), sugeriu que as empresas se antecipassem e elaborassem novas regras para evitar que o projeto volte à pauta. "Se vocês não se anteciparem, na próxima podem perder", disse o congressista em uma das reuniões. ●

ças de votos e, assim que o deputado anunciava o voto "não", havia comemoração e agradecimento.

'APAVORADO' Presidente da Frente Parlamentar Mista da Economia e Cidadania Digital, o deputado Lafayette Andrada (Republicanos-MG) disse que o movimento dos representantes das big techs foi intenso no

Congresso. "Eu recebi representantes de todas as plataformas, Google, Shopee, YouTube... Era uma fila. Todo mundo ficou apavorado", admitiu Lafayette Andrada.

Durante a ofensiva, dirigentes do Google e da Meta estiveram presencialmente na Câmara. Registros internos obtidos pelo **Estadão** mostram que o diretor do Google, Mar-

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 8